

OS MUNICÍPIOS E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Daniel A. Melo Rosa

UIDEF – Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
danielmelorosa@gmail.com

Resumo

Os estabelecimentos de ensino e formação profissional não deixaram de ser pensados como geradores do desenvolvimento local. As escolas de desenho industrial ao serem equipadas com oficinas passaram a oferecer uma formação mais profissionalizante. O ensino e a laboração nessas oficinas escolares passaram a assemelhar-se ao praticado nas oficinas industriais, ao tempo das corporações de ofícios.

As necessidades de desenvolvimento dos sistemas económicos locais e os conteúdos a transmitir aos alunos vieram, de certa forma, desafiar as forças vivas locais (cívicas, económicas e sociais) à participação na promoção e desenvolvimento do ensino técnico profissional. Os municípios aperceberam-se da possibilidade de influenciarem o poder central para a instalação, na sua região, de uma escola deste tipo de ensino. A Câmara Municipal do Barreiro foi a primeira e a que maior sucesso teve nessa iniciativa.

O municipalismo desempenhou um papel de grande importância na localização de muitas das escolas técnicas profissionais, foram elementos influentes na escolha e localização de escolas em localidades que delas careciam e onde a sua necessidade, desde sempre, se fazia sentir.

Palavras-chave: Escolas do Ensino Técnico Profissional; Formação Profissional; Municípios.

Abstract

The educational and professional training establishments haven't ceased to be perceived as local development generators. Being equipped with workshops the industrial design schools began to offer a more professional training. The teaching and

labouring in those workshop schools became similar to those in the industrial workshops at the time of craft corporations.

The need of the local economic systems development and the contents passed on to the students became challenging, in a certain manner, to the local actors (civic, economic, and social) to participate in the promotion and development of the professional technical education. The municipalities realised the possibility of influencing the central authority in order to acquire that type of school in their region. The municipality of Barreiro was the first and most successful in this initiative.

Municipalities played a very important role regarding the location of many of the professional technical schools. They were very influent elements as to locating those schools where they were needed, and where they had always been a necessity.

Keywords: Educational and professional training establishments; Professional training; Municipalities.

O ensino técnico e com ele a formação profissional surgiram e desenvolveram-se a partir dos finais do século XIX, por imposição do sistema produtivo. Esse desenvolvimento interiorizava os ecos externos que lhe chegavam do progresso propagado pela revolução industrial.

Os estabelecimentos de ensino e formação profissional, já na época, foram pensados como geradores do desenvolvimento local. No artigo 3º do diploma publicado em 1864¹ o governo poderia “estabelecer escolas industriais nas localidades que, pela sua importância fabril, delas carecessem”. Tal autorização não poderia ser revogada por legislação posterior. Deveriam ser criadas várias escolas de desenho industrial² (três na cidade de Lisboa, três na cidade do Porto, uma nas Caldas da Rainha e outra em Coimbra), além da criação de uma escola industrial na cidade da Covilhã³, destinada a ministrar formação profissional apropriada às indústrias predominantes naquela localidade (têxteis).

¹ Decreto com força de Lei de 20 de Dezembro de 1864

² Art. 3º do Decreto de 3 de Janeiro de 1884

³ Art. 1º do Decreto de 3 de Janeiro de 1884.



Os primeiros estabelecimentos de ensino vieram a ser concretizados apenas 20 anos mais tarde com a reforma de António Augusto de Aguiar⁴ (1884). Nela se afirmava que o desenvolvimento de uma boa aptidão só poderia ser adquirido pela instrução dada aos trabalhadores nas escolas industriais, através de formação eminentemente prática. Os preços baixos e os exemplos provenientes do mercado internacional só seriam alcançáveis com operários conhecedores e experientes, a trabalharem em oficinas e fábricas bem equipadas. Nesta legislação é notória a preocupação com o desenvolvimento industrial, quando deixa entender que só podia progredir-se trabalhando para o mercado, embora este ainda estivesse numa fase embrionária.

As escolas de desenho industrial foram sendo equipadas com oficinas, convertendo-se em escolas industriais que ofereciam, a partir de então, uma formação profissionalizante. Nos finais da I República (1924) o modelo de formação profissional não estava a dar os resultados pretendidos e tornava-se necessário dar um novo alento a este tipo de ensino, podendo mesmo afirmar-se que se reiniciou a formação profissional no ensino técnico. No próprio preâmbulo do decreto que o recriava, afirmava-se que esse modelo de ensino já era levado a efeito pelas corporações dos ofícios, quando ensinavam os seus aprendizes.

“A transformação da oficina escolar em oficina industrial permitirá dar essa maior eficiência ao ensino, fixará à escola o aprendiz, será um incentivo para o mestre e trará à escola os recursos necessários ao seu desenvolvimento.

Não é nova esta forma de realização do ensino técnico; era assim que no regime das corporações dos ofícios se efetuava o ensino.” (Decreto n.º 9626 de 1 de Maio de 1924, Diário do Governo I Série n.º 96)

Em todos os preâmbulos da legislação, entretanto saída, e no seu desenvolvimento fazia-se sempre referência aos objectivos pretendidos com essa formação. O carácter funcional da formação profissional sempre esteve presente, com os olhos postos nas necessidades do sistema económico vigente e nas mudanças determinadas pelo evoluir da revolução industrial, que ocorriam, nos países europeus. Tal profissionalidade estava presente nas medidas políticas de desenvolvimento, tão necessárias em Portugal. Todavia a correspondência entre as necessidades dos sistemas económicos e os conteúdos a transmitir aos alunos tendia a ser bastante

⁴ Decreto Real de 6 de Maio de 1884

linear e minimalista. Talvez por isso a oferta privada de escolas do ensino técnico profissional não tenha suscitado grande adesão. Apenas no ensino técnico comercial existiram algumas escolas que leccionaram esse tipo de ensino. Do ensino técnico industrial, que sempre esteve ligado à formação profissional, não tivemos conhecimento de escolas particulares que o levassem a efeito. A legislação, de certa forma, desafiava as forças vivas locais (cívicas, económicas e sociais) à participação na promoção e desenvolvimento deste tipo de ensino.

“... uma numerosa comissão representativa da administração e de todas as forças vivas da vila do Barreiro deslocou-se (...) a Lisboa, a fim de solicitar ao Sr. Ministro da Educação Nacional a criação naquele importante centro fabril, de uma escola destinada ao ensino técnico profissional, aspiração que ao povo barreirense muito interessa pela característica da sua principal atividade.” (DM, 13/11/1945, p.1)

O peso dos municípios e a sua representação não foram estáveis. Os limites administrativos alteraram-se quanto à representação junto do governo. Com o Estado Novo, para poderem ter um peso negocial acrescido, tal representação não podia restringir-se apenas ao presidente do município. Era imprescindível que este fosse acompanhado de um superior hierárquico, neste caso o Governador Civil do Distrito, para além das denominadas forças vivas do concelho.

“Acompanhados pelo governador civil do Distrito do distrito de Setúbal (...), estiveram assim ao fim da tarde no Ministério da Educação Nacional, sendo recebidos pelo Sr. Prof. Dr. Caeiro da Mata entre outras pessoas o presidente e os vereadores do citado Município (...), esteve também pela Associação dos Proprietários do Barreiro (...), o vice-provedor da misericórdia (...), do Asilo de D. Pedro V (...), do Instituto do Ferroviários do Sul e Sueste (...), da comissão concelhia da União Nacional (...), dos Sindicatos Nacionais dos Ferroviários do Sul e Sueste (...), presidentes das juntas de Freguesia do Barreiro, Lavradio e Palhais (...), Delegado Escolar e representante da «Mocidade Portuguesa», diversos professores (...)” (DM, 13/11/1945, p.1)

Na exposição apresentada por este, comunicada ao ministro pela voz do presidente da Câmara, afirmava que havia vários alunos residentes no concelho que tinham de deslocar-se todos os dias para estudar nas escolas da capital. Esse número não era mais elevado porque os recursos das famílias eram escassos e tinham que



financiar custos com encargos em transportes e alimentação. O número de alunos que tinha frequentado as escolas técnicas de Lisboa no ano letivo 1944/45 foi superior a trezentos, e no ano lectivo 1945/46 esse número foi verdadeiramente aumentado. Outro aspecto importante era que, além dos jovens alunos que frequentavam a escola durante o dia, havia também a considerar uma grande massa de operários sequiosos de aperfeiçoar os seus conhecimentos práticos com a aquisição de outros de índole teórica. Esses trabalhadores só com imenso sacrifício podiam frequentar as aulas nocturnas na capital, para onde tinham que se deslocar após uma extenuante jornada de trabalho que terminava às 17 horas. Muitos deslocavam-se num barco que saía do Barreiro pouco depois das 17 horas e apenas regressavam a casa de madrugada, para terem de levantar-se no dia seguinte a tempo de entrarem na fábrica às 8 horas. Com a criação da escola pretendida não havia dúvidas de que a afluência ao referido ensino seria ainda maior. A exposição concluía, afirmando que a Câmara Municipal do Barreiro punha à disposição do governo um edifício de que era proprietário. Esse edifício ficava bem situado e poderia ser adaptado para a leccionação do ensino técnico, em prazo relativamente curto e com pouco dispêndio de dinheiro, no que também o município comparticiparia.

Este foi sem dúvida o primeiro caso em que o municipalismo influenciou o governo para a criação de uma escola técnica, tendo o seu pedido sido rapidamente satisfeito. Esta rápida cedência foi motivo para que a escola técnica industrial Alfredo da Silva fosse criada ainda no ano de 1945⁵. As reuniões da comissão encarregada de elaborar uma nova reforma do ensino técnico já decorriam há quatro anos⁶, e tornava-se imperioso testar no terreno algumas ideias inovadoras, no que dizia respeito à organização do ensino técnico, aferindo-se depois os seus verdadeiros benefícios.

Foi por isso que ao legislador, no decreto de criação da escola técnica no Barreiro, não pareceu pedagogicamente aconselhável fazer seguir alunos imediatamente da escola primária para o ensino profissional. Através de uma experiência pedagógica, foi colocada em prática a implementação de um ciclo preliminar de estudos comuns ao curso comercial e a todos os cursos industriais. Este ciclo assumiria uma característica de orientação pré-profissional, com a finalidade de despertar nos alunos a tendência para a expressão ativa do saber profissional, através

⁵ A Escola Industrial Alfredo da Silva foi criada pelo Decreto Lei n.º 35402 de 27-12-1945.

⁶ Em Julho de 1941, foi constituída uma Comissão para a reforma do ensino técnico.

de uma experiência pessoal que lhes facilitasse deter uma opinião válida das suas próprias aptidões, o que os orientaria na escolha de uma carreira futura⁷.

Esta solução veio permitir a resolução de um problema antigo. No regime de estudos que vigorava desde a reforma de 1930-1931, separava-se a saída dos alunos que completassem a instrução primária com um percurso normal, de pelo menos um ano⁸, do seu ingresso nas escolas industriais e comerciais, bem como da escolha, por estes, desde muito cedo, de uma profissão. A introdução deste ciclo preliminar de dois anos permitia ao aluno, após a conclusão da quarta classe, se assim o desejasse, prosseguir os estudos optando por um dos cursos industriais ou comerciais colocados à sua disposição; a escola de formação, de horário completo, ou imediatamente a oficina, o escritório ou o balcão de comércio⁹ (Rosa, 2010).

O armistício da II Grande Guerra tinha sido assinado pouco tempo antes. Estaria a indústria local necessitada de mão-de-obra especializada? Se tivermos em conta Rosas (1994), afirmava ele que o final dos anos 30 (1930) e os anos do conflito mundial, pelo menos no tocante ao número de pedidos de licenciamentos de novas fábricas, foram marcados por alguma reanimação da iniciativa empresarial, ainda que maioritariamente relacionada com actividades industriais já existentes. Apesar de se estar longe de um surto industrial transformador das realidades económicas e sociais, o certo é que, a seguir aos anos da grande depressão, se assistiu a um aumento das actividades industriais. Tal aumento dava resposta às novas oportunidades surgidas com as exportações de matérias-primas, bens alimentares e outros artefactos variados, além de convidar à substituição de importações no espaço aberto pelo bloqueio económico da guerra.

Os industriais compreenderam que com operários experientes, que frequentaram a formação especializada no ensino técnico profissional, lhes permitiria produzir mais e com preços mais competitivos. Sabiam que o elemento mão-de-obra era factor primordial na luta interna e sobretudo na defesa contra a concorrência externa¹⁰.

⁷ Decreto-Lei n.º 35402, de 27 de Dezembro de 1945.

⁸ Os alunos entravam na Instrução Primária aos 7 anos, saindo aos 11, se não ficassem retidos. No entanto só podiam entrar no ensino técnico profissional aos 12 anos.

⁹ Decreto-lei n.º 35402, de 27 de Dezembro de 1945.

¹⁰ Num periódico da época colhe-se o seguinte argumento: O que se passa lá fora a respeito da especialização profissional deve abrir a nossa reflexão. Se nos lembrarmos que na Europa



Com o sucesso alcançado pelo município do Barreiro, começaram a surgir na imprensa nacional várias informações sobre o que se previa que viesse a constar da nova legislação sobre o ensino técnico. Entre esses rumores estaria a notícia que se deveriam criar, nas cidades de segunda ordem e vilas mais importantes do País, núcleos de atracção e produção de actividades úteis. Os estabelecimentos de ensino que tinham, nesse campo, papel primordial e que melhor podiam cumprir essa missão, eram aqueles em que se ministrava o ensino técnico profissional.

Esses conhecimentos podiam ser fornecidos, a tempo e horas, nas escolas técnicas, que tinham a vantagem, ao contrário do que sucedia com os liceus, de fixar melhor à terra os que as frequentavam, dando-lhes argumentos capazes de fazer vingar os mais aptos à vida prática - no comércio, indústria, agricultura - que poderiam criar iniciativas de desenvolvimento local. Assim se canalizariam vocações e boas-vontades, se desenvolveriam fontes de riqueza na época inexploradas por falta de quem as dirigisse. O aproveitamento dessas sinergias iria ser factor dinâmico e determinante para uma nova vida nos pequenos centros.

As escolas técnicas e em especial as industriais adaptar-se-iam à especialidade das várias localidades em que se integravam. Existiam concelhos onde dominava a actividade comercial; havia-os onde a agricultura era a soberana de toda a vida; permaneciam outros onde a indústria se desenvolvia com proveito real para as populações. A distribuição das várias modalidades do ensino técnico profissional tinha que obedecer às características económicas das regiões, entrando sempre em linha de conta com o pendor tradicional das actividades locais.

Com o sucesso alcançado pela autarquia do Barreiro, outros municípios se perfilaram para solicitarem a criação de escolas nos seus concelhos. Foi o caso da cidade de Beja¹¹, representando também o seu distrito. O seu pedido pretendia a criação de duas escolas destinadas, uma ao magistério primário, e outra ao ensino técnico comercial e industrial. O resultado obtido foi diferente.

há regiões onde um tecelão está a trabalhar com 4 e 8 teares, enquanto na nossa indústria temos um tecelão por cada tear, poderemos avaliar o nosso desaire em caso de confronto técnico ou luta económica. (Diário de Notícias 26-10-1946 pp. 1-2)

¹¹ Diário da Manhã, 19-12-1945, pp. 1 e 6. A escola industrial e comercial de Beja foi criada através do Decreto-lei n.º 37312 de 19 de Fevereiro de 1949.

Sendo os munícipes, e em especial os seus dirigentes, os que melhor conheciam as potencialidades de desenvolvimento das suas regiões, bem como o progresso que uma escola técnica profissional com a sua formação poderia criar, era natural que outros municípios seguissem as aspirações da autarquia do Barreiro. Já vimos que Beja fez de seguida o seu pedido, mas outros se seguiram. Entre eles podemos enunciar, por exemplo, o município de Alcobaça¹², para só falarmos dos pedidos de instalação de novas escolas efetuados até à publicação da reforma de 1948.

Distritos houve em que foram criadas primeiro escolas técnicas em vilas, deixando para mais tarde as sedes de distrito. Foi o que aconteceu com Gouveia, no centro de uma zona industrial, que aproveitava a água das ribeiras da serra da Estrela para diversas utilizações na indústria têxtil, e que teve a primeira escola técnica profissional do distrito da Guarda. Embora neste caso a escola tenha ficado na sede do concelho de Gouveia, a sua zona de influência estendia-se aos concelhos vizinhos, em especial ao concelho de Seia, onde o peso das pequenas indústrias têxteis sempre foi de grande relevo. Gouveia tinha uma população laboral muito mais proletarizada, já que no seu tecido industrial havia algumas grandes empresas que empregavam muitos assalariados. Na década de quarenta, Gouveia viu aumentar o já de si grande número de teares mecânicos em laboração¹³. A falta de diversificação das actividades no sector industrial traduzia-se ali na existência de três indústrias: têxteis, construções e obras públicas, alimentação, das quais a indústria têxtil representava 90% do valor total¹⁴. Foi para instruir grande número de operários a trabalhar nesta indústria (cerca de 3 000 em 1956) que foi criada a referida escola técnica profissional (Rosa, 2010).

Conclusão

Só em 1884 se percebeu que a instrução profissional se devia integrar no sistema educativo a partir de uma educação de base. Não eram nem boas nem muitas

¹² Diário da Manhã, 27-01-1946, p. 1; Diário da Manhã, 03-02-1946, pp. 1,2. A escola técnica profissional de Alcobaça criada pelo Decreto-lei n.º 40209 de 28 de Junho de 1955.

¹³ Em 1940 a Covilhã tinha 1009 teares mecânicos e Gouveia 383, em 1956 estes números eram 1604 e 533 respetivamente (II Congresso da Indústria Portuguesa, Indústria de Lanifícios, Relatório 2.1).

¹⁴ Diagnóstico Social do Concelho de Gouveia – 2004 in http://www.cm-gouveia.pt/redesocial/localizacao_historia/geografia_historia.pdf (Setembro de 2008).



as escolas criadas, entre o fim do século XIX e o início do século XX. O progresso que a sua criação representou, porém, foi de grande relevo. A família e a pequena empresa não conseguiam preparar a integração dos jovens num mundo rapidamente mutável.

As exposições apresentadas pelos diversos municípios e, como vimos, até pelas capitais de Distrito, compilavam sempre estudos importantes e objectivos efectuados por esses municípios, o que de certa forma contrariava alguma ligeireza no trabalho dos governantes. Os estudos realizados pelo governo, com vista à instalação de novos estabelecimentos do ensino técnico, já contavam com uma preciosa ajuda dessas exposições, entretanto entregues no Ministério da Educação Nacional, quando dos *Estudos Preparatórios da Reforma do Ensino Técnico*¹⁵. Apesar disso, as novas escolas técnicas deveriam enquadrar-se nos interesses gerais do país sem esquecer, contudo, aqueles que legitimamente nas várias regiões para si as reclamavam. Dizia o Ministro da Educação Nacional à comissão que lhe entregou mais uma exposição a solicitar a criação de uma escola técnica comercial e industrial no município de Alcobaça, “conheço o problema do ensino técnico de Alcobaça, como o de todo o país, pois o governo possui sobre o assunto quatro grossos volumes de documentos e informações” (Século, 1-08-1946, pp. 1,2).

As escolas existentes ou a edificar, consoante a sua natureza e especialidade técnica, deviam ser em número suficiente para as necessidades do País e construídas nas localidades onde essa necessidade se fizesse principalmente sentir.

O municipalismo desempenhou um papel de grande importância na localização de muitas das escolas técnicas profissionais, mesmo tendo em linha de conta o amor pela localidade onde nasceram e viveram autarcas responsáveis que, de certa maneira, poderiam enviesar os estudos levados a efeito por organismos oficiais. Os municípios foram, de facto, elementos influentes na escolha e localização de escolas em localidades que delas bem careciam e onde a sua necessidade se fazia sentir.

¹⁵ Cf. Direcção Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio (1947). Entre os pedidos de criação uma escola profissional local, surge o caso de Ovar, que para além de ter muitos alunos a ir diariamente para Aveiro e para o Porto, a escola profissional serviria “o concelho e os concelhos limítrofes de Espinho, Vila da Feira, Estarreja e Murtosa, descongestionaria, ao mesmo tempo, as escolas do Porto e de Aveiro, atenderia às condições especiais da região e prepararia os profissionais que têm necessidade da indústria e o comércio locais”. À Câmara Municipal de Ovar coube a principal representação local, oferecendo entre outras condições edifício e terreno.



Apesar das solicitações dos municípios, só a partir da década de 50 é que muitas escolas técnicas profissionais vieram a ser construídas.

A riqueza cultural e a preparação para a vida activa daí decorrentes influenciaram o próprio meio envolvente que, por sua vez, também enriqueceu a região e o próprio País.

Referências Bibliográficas

- Direcção Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio (1947). *Estudos preparatórios da reforma do ensino técnico. Separata do Volume I de escolas técnicas*. Lisboa.
- Rosa, D. A. M. (2001). *Os mestres e a mudança de paradigma no ensino técnico profissional. Contributos da rede das escolas técnicas profissionais para o desenvolvimento regional/local*. [Dissertação de doutoramento apresentada na Universidade de Lisboa] texto policopiado.
- Rosas, F. (1994). Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária. *Análise Social*, XXIX (128), 871-887.